

1 **14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **FRANCA – 21 DE MAIO DE 2015.**

3 Aos vinte e um dias do mês de maio de 2015 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a
4 décima quarta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do
5 presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade,
6 Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião vinte e três (23) conselheiros sendo
7 dez (10) do poder público e treze (13) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros**
8 **titulares:** Ariluce Ferreira Villela, Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Sônia Regina Barbosa Quirino,
9 Geisla Fábria Pinto, Márcio Henrique Silva Nalini, Patrícia Soraya Mustafa, Celina Rosa da Silva
10 Nascimento, Leonel Aylon Cantano, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Clóves Plácido Barbosa,
11 Ernestina Maria de Assunção Cintra, Verônica Caminoto Chehoud, José Augusto Continentino Jacintho,
12 Josiane Aparecida Antunes de Campos e Andréia Maria Ribeiro Silva. **Conselheiros suplentes:** Cláudia
13 Maria Moreira Faggioni de Paula, Águeda Coelho Marques Soares, Padre Célio Adriano Cintra,
14 Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes, Juliana Bertazzi Passone. **Conselheiros na**
15 **titularidade:** Rosa Ângela Cortez Galhardo Desidério e Vilma Aparecida A. Faria Garcia. Participaram
16 da reunião 26 convidados. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos – Discussão sobre a relação nominal de**
17 **atendidos** apresentado pelas entidades executoras de serviços socioassistenciais; **Apresentação e**
18 **deliberação** - Parecer Serviços, Programas e Projetos; Parecer IGD SUAS e Parecer IGD PBF-
19 Demonstrativo Físico Financeiro Federal – Exercício 2014; **Apresentação e Deliberação sobre o Plano**
20 **de Ação** para cofinanciamento do Governo Federal – 2015; **Indicação de um representante do CMAS**
21 para integrar a Comissão de seleção de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos para
22 executar o serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade abrigo institucional;
23 **Discussão e deliberação sobre a vaga de suplente** – Organizações de Atendimento à Criança e
24 Adolescente. **Informes:** Relatos sobre os trabalhos da Comissão Organizadora da Conferência Municipal
25 da Assistência Social; Relato de participação no Encontro de encerramento do percurso 2 do ciclo do
26 SCFV – Idosos – CCI Lions Sobral- realizado nos dias 14 e 15 de maio; Relatos dos participantes no
27 Seminário “O Controle Social das Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social” – Núcleo de
28 Cidadania Ativa – UNESP/Franca – ocorrido nos dias 18,19 e 20 de Maio; Convite – Câmara Municipal –
29 Homenagem à ESAC – Franca – dia 28 de maio – 20h; Consulta Pública do Decreto que regulamentará a
30 Lei 13.019/2014; Representação do COMUTI no CMAS. O presidente Márcio iniciou a reunião
31 apresentando as justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Denizar, Rutineia e Maricélia.
32 Após, o mesmo exibiu a pauta do dia, aprovada com o acréscimo de dois informes solicitados pelos
33 conselheiros Josiane e Leonel. Na sequência a 2ª Secretária do CMAS, Fernanda, realizou a leitura da ata
34 da 13ª Reunião Ordinária, aprovada sem alteração. Antes de iniciar o primeiro assunto, Márcio solicitou a
35 manifestação das pessoas que estão participando da reunião pela primeira vez. Apresentaram-se as
36 assistentes sociais do Berçário Dona Nina, Ana Flavia e Marlu e também a conselheira Vilma,
37 representante suplente das organizações de trabalhadores. Dando seguimento, Márcio lembrou que
38 conforme definido na última reunião do CMAS, foi inserido como primeiro assunto da pauta a discussão

39 sobre a Relação Nominal de Atendidos. O presidente passou a palavra para a conselheira Tina que
40 apresentou as suas considerações sobre o assunto. A mesma relatou que o Órgão Gestor fez algumas
41 alterações na relação nominal de atendidos, instrumental exigido pela Lei de Subvenção, e as mudanças
42 geraram algumas dificuldades e insatisfação das entidades, salientando ainda que essas exigências foram
43 feitas de forma impositiva, sem possibilidade de discussão. Alguns conselheiros e representantes de
44 entidades presentes relataram as maiores dificuldades vivenciadas, que referem-se à: solicitação do NIS
45 (número de identificação social) dos usuários, sendo esta uma informação do cadastro único da qual as
46 entidades não tem acesso; a relação nominal no formato EXCEL, em documento aberto; a listagem deve
47 conter somente a meta cofinanciada e não o número real de atendidos. Outra questão apresentada referiu-
48 se ao horário estipulado para o recebimento dos documentos que é somente até as 14h, além da exigência
49 de enviar a listagem por email. A conselheira Josiane relatou que vivenciou a situação de não conseguir
50 protocolar os documentos por ter ultrapassado 10 minutos do horário e que a relação nominal não é
51 protocolada se não tiver sido enviada por email. Durante as discussões alguns participantes relataram que
52 as entidades devem cumprir inúmeras exigências, mencionando os vários documentos que possuem
53 modelos distintos, que devem ser entregues em diversos órgãos, como o CMAS, Órgão Gestor e Estado.
54 Afirmaram que com essa burocracia a entidade precisa disponibilizar um profissional somente para
55 atender as exigências de documentações. A assistente social Ligia questionou as orientações feitas por
56 telefone, que algumas vezes são realizadas por estagiários, que nem sempre passam as orientações e
57 explicações necessárias. A senhora Victalina ponderou que é necessário restabelecer essas questões como
58 decisão conjunta, afirmando que a relação nominal deveria constar a meta real de atendimento.
59 Aproveitou o momento para reafirmar a necessidade da discussão entre o CMAS e o COMUTI, sobre o
60 reordenamento do SCFV, pois alguns idosos estão sendo excluídos dos serviços quando ultrapassam a
61 renda. Tina lembrou que essa discussão sobre o reordenamento já foi sugerida de ser pautada, porém
62 nessa reunião não será possível. O conselheiro Cloves sugeriu que a partir de agora seja inseridas apenas
63 as movimentações do mês, ou seja as entradas e saídas de usuários, já que no início do ano foi enviada
64 uma listagem completa. A conselheira Jane afirmou que todas as questões apontadas precisam ser
65 analisadas e debatidas e afirmou que o órgão gestor irá apresentar os esclarecimentos acerca do que
66 motivou tais exigências para melhor compreensão de todos. Com relação aos vários modelos de
67 relatórios, sugeriu que seja verificada qual a periodicidade e os modelos e analisar quais podem ser
68 padronizados. Afirmou que essa é uma dificuldade também do órgão gestor e a discussão precisa ser feita,
69 inclusive nas conferências. Juliana apontou a importância do retorno às entidades sobre os instrumentais
70 entregues, no sentido de analisar e aprimorar o que vem sendo feito. Em resposta, a assistente social da
71 equipe de monitoramento, Cidinha, disse que a devolutiva sobre os planos é feita por escrito, com
72 excessão dos convênios que anteriormente ficavam ligados apenas à diretoria de proteção especial, mas a
73 partir desse ano o acompanhamento também será feito pela equipe de monitoramento. Dando seguimento,
74 representantes do órgão gestor apresentaram o ofício de solicitação da relação nominal que foi
75 encaminhado às entidades. Alguns participantes apontaram que na Lei de Subvenção não há a exigência
76 de solicitação da relação nominal por email. A conselheira Verônica destacou que se a Lei de Subvenção

77 não obriga o envio por email, não é correto negar o protocolo. Em seguida a equipe de monitoramento
78 fez uma apresentação, iniciando com um comparativo da relação nominal constante das Leis de
79 Subvenção dos exercícios de 2014 e 2015. Foram demonstradas as alterações promovidas, sendo a
80 inserção do mês de referência e o formato por ordem de admissão, justificando que dessa forma facilitaria
81 a visualização da lista. Com relação ao formato Excel, justificou-se que nesse formato é possível a
82 filtragem, bem como o cruzamento de dados de maneira mais simples, considerando o grande número de
83 usuários atendidos. Conselheiros e representantes de entidades fizeram as suas manifestações quanto ao
84 protocolo ser negado no caso do não envio por email ou após o horário estipulado para entrega, bem
85 como o envio de listagem somente com a meta cofinanciada. Apontaram as dificuldades acarretadas com
86 todas essas mudanças no formato da relação nominal. Uma participante afirmou que elaborou um modelo
87 de relação nominal em Excel que pode ser disponibilizado, porém afirmou que na primeira vez todos os
88 usuários devem ser digitados e posteriormente basta proceder as alterações. Disse que diante dessas
89 dificuldades iniciais o prazo de entrega da primeira listagem deveria ter sido estendido. Marcio disse que
90 para o ano de 2016, conforme sugestão feita pelo Cloves em reunião trimestral, a proposta é adotar o
91 sistema de entrega de duas listas completas anuais, em janeiro e em dezembro e as outras poderão ser
92 apresentadas somente com as alterações e intercorrências. Esclareceu ainda que a equipe é bastante
93 maleável na questão de protocolo fora do prazo. Quanto ao horário, esclareceu que a estagiária que
94 recebe a documentação trabalha somente até as 14h. Foi sugerido que outro funcionário receba em
95 horário posterior e foi justificado que essa foi a forma encontrada para garantir que o documento chegue
96 no local correto, evitando extravios de documentos, situação recorrente no ano anterior. Jane explicou que
97 essa situação é temporária, uma vez que a Secretaria está organizando um setor de recepção e protocolos.
98 Tina afirmou que não concorda que uma limitação da Secretaria acarrete dificuldades para as entidades.
99 Dando seguimento Cidinha apresentou os aspectos que definiram as alterações solicitadas, que foram:
100 acompanhar as metas, avaliar o acompanhamento das unidades estatais e o referenciamento do serviço;
101 avaliar o tempo de permanência média dos usuários; verificar a proporção de usuários com número de
102 NIS e o planejamento para cadastro daqueles que não tem; identificar a participação em outros serviços
103 da assistência e promover a integração entre os serviços; subsidiar o reordenamento do ponto de vista da
104 demanda e da localização do serviço. A assistente social da equipe de monitoramento, Carmem, destacou
105 que essas requisições permitem que se faça o efetivo monitoramento e acompanhamento. Jane explicou
106 que o NIS é obtido por meio do cadastro único, afirmando que a entidade não tem acesso direto a esse
107 número, devendo solicitá-lo aos CRAS e CREAS ao qual são referenciados. Foi esclarecido ainda que a
108 entidade poderá encaminhar a relação de usuários que não possuem NIS para que os CRAS e o CREAS
109 providenciem. Tina disse que por esse motivo foi trazido a discussão, porque quando é discutido e
110 compreendido é diferente, mas quando é imposto existe a resistência. Ligia apresentou uma sugestão de
111 que também os CRAS tenham essa listagem porque assim a própria unidade já identifica aqueles usuários
112 sem NIS. Jane afirmou que o objetivo de solicitar por email é para facilitar o trânsito dessas listagens,
113 mas considerando que não está na lei, se as entidades não quiserem enviar estão no direito, porém esse
114 meio irá facilitar o encaminhamento para os CRAS e Diretorias Técnicas. Outras manifestações sobre a

115 questão de não constar a meta cofinanciada foi trazida para discussão, com a orientação do Órgão Gestor
116 de que a Lei solicita apenas a comprovação da meta cofinanciada para efeito de prestação de contas,
117 porém poderá ser apresentada uma listagem complementar e semestralmente a relação de atendidos com a
118 meta total. Conselheiros e participantes apontaram novamente a importância de demonstrar a realidade do
119 município apresentando a relação de todos os usuários que são atendidos. Juliana salientou ainda que fica
120 discrepante quando é informado na lista só a meta cofinanciada, porém os custos devem ser realizados
121 com base nos atendimentos totais. Marcio disse que o custo é em relação ao total do serviço, por isso foi
122 sugerido apresentar a relação complementar e semestralmente a meta total. A conselheira Agueda e o
123 conselheiro Pe. Celio manifestaram que esse assunto refere-se especificamente sobre os instrumentais e
124 que essa discussão deve ser feita entre as entidades, equipe de monitoramento e setores competentes,
125 devendo trazer para o colegiado apenas a definição. Marcio explicou que esse assunto foi trazido ao
126 colegiado porque em várias reuniões essa questão foi apontada, sendo solicitada a inserção dessa
127 discussão na pauta do CMAS. Dando seguimento Márcio sugeriu apresentar o slide do custo para
128 visualização. Foi apresentada uma planilha que demonstra serviços similares com custos diferentes. O
129 presidente relatou que há uma grande dificuldade para conhecer o real custo de cada serviço à partir dados
130 apresentados pelas entidades. Alguns conselheiros e representantes de entidades afirmaram que a planilha
131 apresentada não retrata a realidade e que essa questão é mais complexa, uma vez que para análise de custo
132 deve ser considerada cada situação e conjuntura. Discutiu-se também que a análise dos custos deve ser
133 baseada no Plano de Ação, Relatório de Atividades e Prestações de Contas. Jane relatou que a Secretaria
134 está buscando uma parceria com a UNIFACEF para estudo e análise dos custos dos serviços
135 socioassistenciais, ressaltando que essa é uma responsabilidade tanto do Órgão Gestor como do Conselho.
136 Marcio sugeriu o encaminhamento, considerando o adiantado da hora e perguntou se teria ainda mais
137 algum ponto a ser discutido. Os participantes relataram as principais dificuldades e insatisfações,
138 ressaltando a forma impositiva e sem discussão sobre as mudanças. Jane destacou que as decisões devem
139 ser discutidas e pactuadas entre os envolvidos, porém muitas vezes não há tempo hábil. Ressaltou que a
140 primeira reunião do trimestre foi realizada especificamente para discutir instrumentais, que apesar de já
141 estar posto como obrigatoriedade, teve o objetivo de orientar e discutir. A conselheira Rosa manifestou-se
142 afirmando que não se pode perder de vista que quem se candidata a receber recursos públicos, deve seguir
143 as orientações previstas nas legislações. A conselheira Geisla afirmou que como os dados são utilizados
144 para prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, na sua compreensão essa discussão não está no
145 âmbito do município. Cloves ponderou que a própria Lei foi feita de última hora sem tempo hábil de
146 discussão. Tina sugeriu que seja dado um encaminhamento para essa discussão, apontando a importância
147 de construir em conjunto, democraticamente e de forma participativa para o próximo ano. Finalizadas as
148 discussões, Marcio passou ao próximo assunto da pauta e concedeu a palavra para o grupo de trabalho
149 que elaborou os pareceres referentes ao Demonstrativo Físico Financeiro Federal- 2014. Participaram do
150 grupo as conselheiras Tina, Celina e Fernanda, que contaram com o apoio da Secretária Executiva, Maria
151 Amélia. Tina apresentou as suas considerações sobre a elaboração dos pareceres dos Serviços, Programas
152 e Projetos; IGD SUAS e IGD BF afirmando que cada questão foi analisada e discutida pelo grupo para

153 assinalar a resposta mais pertinente. Relatou que durante a elaboração do parecer o grupo contou com o
154 apoio da servidora Sandra que esclareceu as dúvidas e apresentou todos os documentos de balancetes
155 solicitados. Na sequência os pareceres finais foram exibidos e após os questionamentos e discussões os
156 mesmos foram aprovados pelo colegiado. O grupo de trabalho apresentou como sugestão à Comissão de
157 Orçamento, que façam o acompanhamento trimestral dos balancetes, antes da apresentação da prestação
158 de contas ao colegiado. O próximo assunto da reunião referiu-se ao Ofício SEDAS nº.223/2015 que
159 solicita a indicação de um representante do CMAS para integrar a Comissão de seleção de pessoa jurídica
160 de direito privado sem fins lucrativos que irá executar o Serviço de Acolhimento Institucional para
161 Adultos e Famílias na modalidade abrigo institucional. Maria Amélia comunicou que o Órgão Gestor
162 sugeriu marcar a reunião dessa comissão para o dia seguinte, 22 de maio, às 8h. Após os esclarecimentos,
163 a conselheira Fernanda se dispôs a representar o CMAS na referida comissão. Em razão do adiantado da
164 hora, Márcio propôs o adiamento dos assuntos 4.3 sobre a apresentação e deliberação do Plano de Ação
165 para cofinanciamento do Governo Federal – 2015 e 4.5 sobre a discussão e deliberação sobre a vaga de
166 suplente do segmento Organizações de Atendimento à Criança e Adolescente. Em seguida foram
167 apresentados os informes da reunião. A conselheira Tina fez um breve relato sobre sua participação no
168 Seminário realizado pelo Núcleo de Cidadania Ativa da UNESP/Franca, nos dias 18, 19 e 20 de maio
169 com o tema “O Controle Social das Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social”. Disse que o
170 Seminário é especificamente para os conselheiros de assistência social e da saúde e ressaltou sobre
171 importância de participação do colegiado em eventos dessa natureza, considerando que trazem
172 importantes reflexões sobre o papel dos conselheiros. O aluno Adolfo, integrante do Núcleo de Cidadania
173 Ativa se manifestou, dizendo que esses eventos são exclusivamente para conselheiros e que vão tentar
174 realizá-los no melhor horário para que todos possam comparecer. Em seguida disponibilizou alguns
175 folderes do projeto e distribuiu aos presentes. Como informe seguinte, Márcio exibiu o convite da
176 Câmara, sobre a sessão solene em Homenagem à ESAC, no dia 28 de maio às 20h. Após, o presidente
177 informou sobre a consulta Pública do Decreto da Lei de Fomento e de Colaboração (Lei 13.019/2014) no
178 qual os interessados poderão contribuir até o dia 24 de maio no site disponibilizado no informe. Na
179 sequência, Maria Amélia disse que foi deliberado em reunião do COMUTI que a Sra. Lígia Andrian e a
180 Sra. Victalina são as indicadas para representar o referido Conselho no CMAS. Informou também sobre a
181 nova composição da mesa diretora do COMUTI. Josiane convidou para a feijoada da Casa São Camilo no
182 dia 30 de Maio e o Leonel também informou que o Berçário Dona Nina realizará uma feijoada no
183 próximo dia 23. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10h30, e eu, Maria Amélia
184 Faciroli Vergara, secretária executiva do CMAS, lavrei a presente Ata, que uma vez lida e aprovada, será
185 assinada por mim e anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.